



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, OSCS E GOVERNANÇA DAS REDES SOCIAIS:

Como a Sociedade Civil pode
re-ocupar as narrativas e fortalecer
a democracia no Brasil?

Elza Montal

A IA, A GOVERNANÇA DA INTERNET E A SOCIEDADE CIVIL:

O envolvimento da sociedade civil com a governança da internet e com tecnologias emergentes tem raízes na década de 1990, quando a internet começou a ser reconhecida como uma infraestrutura crítica para a democracia e os direitos humanos. No Brasil, a criação do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) em 1995, com participação multissetorial e espaço garantido para a Sociedade Civil, foi um marco nesse processo. Desde o início, vozes da Sociedade Civil organizada, ainda que muitas vezes com pouca diversidade, alertavam para os riscos de uma internet concentrada e orientada por interesses exclusivamente corporativos ou estatais.



Durante os anos 2000, com a popularização das redes sociais e da chamada web 2.0, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) passaram a explorar as plataformas digitais como ferramentas de mobilização política, campanhas de arrecadação e comunicação direta com suas bases. No entanto, esse movimento ocorreu de forma profundamente desigual: organizações localizadas em centros urbanos e com maior infraestrutura técnica avançaram mais rapidamente na adoção digital, enquanto entidades negras, indígenas, feministas e periféricas enfrentaram (e ainda enfrentam) barreiras estruturais como a falta de conectividade, financiamento, segurança digital e formação técnica adequada.

Essa exclusão tecnológica é atravessada por marcadores de raça, gênero e território. Organizações lideradas por mulheres negras, por exemplo, têm mais dificuldade de acessar editais voltados à inovação e infraestrutura digital, apesar de serem protagonistas na base da garantia de direitos e na produção de conteúdos contra-hegemônicos.

Na década seguinte, especialmente a partir de 2010, o debate sobre regulação da internet ganhou força no Brasil com a construção do Marco Civil da Internet (2014), processo no qual a Sociedade Civil teve atuação decisiva. Ainda assim, mesmo dentro dos fóruns de participação, a presença de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ continuou sub-representada, um reflexo da desigualdade estrutural que também marca o campo digital.

Com a intensificação do uso de algoritmos por plataformas digitais e o surgimento da inteligência artificial como ferramenta de moderação de conteúdo, propaganda e vigilância, os impactos sobre os direitos humanos se tornaram ainda mais complexos. A partir de 2016, com o escândalo da Cambridge Analytica e o crescimento das campanhas de

O caso Cambridge Analytica foi um escândalo de uso indevido de dados do Facebook, no qual a empresa coletou informações pessoais de milhões de usuários por meio de um teste online (“This is your digital life”). A brecha nos termos da plataforma permitia que, ao responder o teste, não só os dados do participante, mas também de seus amigos, fossem capturados. Essas informações foram usadas para traçar perfis de eleitores e direcionar propaganda política, beneficiando a campanha de Donald Trump nos EUA e o movimento pró-Brexit no Reino Unido.

desinformação, cresceu também a preocupação com o papel da IA e dos dados na manipulação da opinião pública — especialmente em contextos eleitorais. No Brasil, isso se agravou nas eleições de 2018 e 2022, quando populações negras, periféricas e lideranças de movimentos sociais foram alvos recorrentes de campanhas de ódio, racismo algorítmico e silenciamento digital.

Organizações como a Coalizão Direitos na Rede, Intervozes, ARTIGO 19, Rede de Justiça Criminal e Coding Rights por exemplo, passaram a incorporar a pauta da inteligência algorítmica em suas agendas, com uma atenção especial à proteção de grupos vulnerabilizados. O trabalho dessas organizações evidencia que não se trata apenas de "tecnologia", mas de como as tecnologias reproduzem desigualdades históricas e, portanto, precisam ser enfrentadas também a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e decolonial.

A chegada da IA generativa (a partir de 2022) deslocou o debate para novas frentes: o uso de modelos de linguagem para gerar textos, imagens e vídeos passou a impactar diretamente a produção de conteúdo, a comunicação institucional e os mecanismos de arrecadação e prestação de contas das OSCs. Entretanto, a adoção dessas tecnologias ainda é limitada na América Latina. Dados do Relatório Global de Tecnologia nas ONGs (2019) mostram que apenas 3% das OSCs da região usam carteiras digitais e 1% aceitam criptomoedas enquanto 85% das organizações da América do Norte já captam recursos online e 39% usam plataformas peer-to-peer, por exemplo.

Essa “defasagem” tecnológica reflete não apenas a escassez de recursos, mas também a ausência de políticas públicas e financiamento filantrópico voltados à inovação social. A maioria dos investimentos em IA no Sul Global continua sendo voltada ao setor privado, com pouca ênfase em aplicações voltadas à justiça social, como aponta a Fundação Mozilla (2024).

Nos espaços multilaterais de governança, como o Fórum de Governança da Internet (IGF) e eventos da ONU, a presença brasileira segue limitada, especialmente no que diz respeito à participação de OSCs negras, com pautas sobre gênero, indígenas, quilombolas e de juventudes periféricas. O relatório do IGF América Latina e Caribe (2023) reforça que essa sub-representação tem efeitos concretos: sem diversidade nos processos decisórios, as políticas públicas digitais e as regulações algorítmicas tendem a ignorar as realidades de quem vive nas margens da conectividade e da cidadania.



Dessa forma, o histórico revela que a relação entre OSCs e tecnologias digitais tem sido marcada por ciclos de resistência, apropriação, exclusão e reinvenção. **A IA, neste cenário, não é apenas uma inovação tecnológica: é um campo de disputa política, ética e epistemológica.** Exige da Sociedade Civil não apenas formação técnica e organização institucional, mas um compromisso radical com a justiça social, a representatividade e a pluralidade de vozes — especialmente de quem historicamente esteve e foi colocado fora das decisões sobre o futuro das tecnologias.

A ASCENSÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E O DOMÍNIO DAS REDES SOCIAIS NO ECOSSISTEMA DIGITAL TRANSFORMARAM PROFUNDAMENTE A DINÂMICA DA COMUNICAÇÃO,

da política e da participação cívica. No Brasil, país marcado por desigualdades estruturais, esse cenário tem gerado desafios inéditos à democracia. Ao mesmo tempo, abre brechas para que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) assumam um papel estratégico na disputa de narrativas, na construção de espaços de governança e na defesa dos direitos digitais.

O ELO, tem atuado com a Lei de proteção de dados na internet, LGPD, desde que a Lei foi criada, em 2018, incorporando esse compromisso como parte central de sua missão. Essa preocupação tem sido constantemente renovada não apenas por priorizar a segurança das pessoas e das informações sensíveis no trabalho com OSCs, mas também por garantir que os dados e os processos de transparência institucional sejam tratados com responsabilidade, ética e respeito aos direitos humanos.

Este texto propõe refletir sobre o papel das OSCs diante do avanço da IA, da crescente centralização das plataformas digitais, da digitalização dos processos das OSCs e da crise da democracia informacional. A partir de dados recentes, estudos de caso e experiências em curso, buscamos apontar caminhos para que a Sociedade Civil brasileira se reitere como protagonista na construção de um futuro digital mais justo, inclusivo e democrático.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NOVA ARQUITETURA DO PODER INFORMACIONAL

Sabemos que a IA está no centro das transformações digitais contemporâneas. Seu uso nas plataformas digitais redefine a forma como conteúdos são recomendados, moderados e monetizados. Modelos de linguagem como os da OpenAI, Google e Meta são capazes de gerar textos, imagens e vídeos, impactando diretamente o jornalismo, a educação, o trabalho e a política.

Por trás da aparente neutralidade dos algoritmos, contudo, há escolhas políticas, técnicas e comerciais que moldam a experiência dos usuários. **Estudos apontam que os sistemas de IA tendem a reproduzir e amplificar vieses existentes, afetando negativamente grupos historicamente marginalizados (Noble, 2018). Isso é especialmente preocupante em um país como o Brasil, onde raça, gênero e território são determinantes de acesso e exclusão.**

Além disso, plataformas como X (ex-Twitter), Instagram, TikTok e YouTube utilizam algoritmos proprietários para definir o que é visível e o que é silenciado. Esses sistemas não são transparentes e operam com base em objetivos comerciais, como a maximização do engajamento e da receita publicitária. O resultado é a viralização de discursos de ódio, desinformação e ataques à democracia, como ficou evidente nas eleições de 2018 e 2022 (IPEA, 2023).

O PAPEL DAS OSCS NA GOVERNANÇA DIGITAL

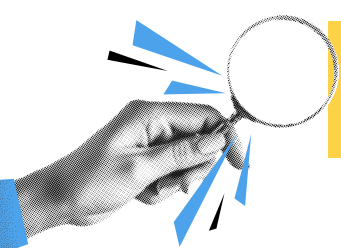
Diante desse contexto, as OSCs têm um papel central a cumprir. São elas que historicamente tensionam o Estado e o mercado na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da democracia. No campo digital, isso significa atuar em três frentes principais:

- **Incidência na regulação das plataformas:** O debate sobre a governança das redes sociais exige uma forte presença da sociedade civil. Projetos como o PL 2630/2020 (conhecido como PL das Fake News) ilustram a disputa em torno da regulação das plataformas. A Coalizão Direitos na Rede, por exemplo, tem sido uma voz ativa na defesa de uma regulação que respeite a liberdade de expressão, a privacidade e os direitos dos usuários (CDR, 2024).
- **Produção de conteúdo e disputa de narrativas:** As OSCs também são produtoras de informação e sentido. A comunicação popular, comunitária e contra-hegemônica precisa ser fortalecida, especialmente em territórios periféricos e indígenas. Iniciativas como a Mídia Ninja, a Agência Pública, a Amazônia Real e diversas rádios comunitárias mostram que é possível usar as redes para construir outras narrativas.
- **Monitoramento e participação nos espaços de governança:** A governança da internet não se dá apenas nos parlamentos nacionais. Fóruns multilaterais como o IGF (Internet Governance Forum), o CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) e instâncias da ONU são locais onde decisões sobre a infraestrutura e o futuro da rede são discutidas. É fundamental ampliar a participação de OSCs, sobretudo aquelas representando raça, gênero e território, nesses espaços.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS COM A IA GENERATIVA

O avanço das ferramentas de IA generativa — como ChatGPT, Sora ou Midjourney, por exemplo, coloca novos desafios, mas também oportunidades para as OSCs. De um lado, a proliferação de conteúdos sintéticos torna mais difícil distinguir verdade de mentira, contribuindo para a chamada "infocalipse" (Floridi, 2020). Do outro, essas tecnologias podem ser aliadas na automação de tarefas, na produção de materiais de formação e na ampliação da capacidade comunicacional das organizações.

Contudo, para que isso aconteça de forma efetiva, é necessário acesso justo, atenção na saída dos conteúdos gerados e capacitação. Um estudo da Fundação Mozilla (2024) aponta que a maioria dos investimentos em IA no Sul Global prioriza soluções empresariais, com pouca ênfase em inovação cívica. No Brasil, iniciativas como o projeto de IA cidadã da Rede de Justiça Criminal e os programas de formação popular em IA do Coding Rights, Safer Net e Olabi, por exemplo, mostram caminhos possíveis, embora ainda sejam exceção.



[CODING RIGHTS](#)

[SAFER NET BRASIL](#)

[OLABI](#)

Além disso, o terceiro setor está vivendo uma revolução digital sem precedentes, impulsionada não só pela IA, mas pela adoção de plataformas especializadas para gestão digital. Ferramentas como o HYB, por exemplo, permitem automatizar processos administrativos, reduzir custos e fortalecer a captação de recursos.

Estudos de caso demonstram isso na prática: o Centro Beneficente Maria Abegahir, por exemplo, conseguiu reduzir em 50% o tempo dedicado à administração financeira ao substituir planilhas manuais por um sistema automatizado. A centralização de dados, a automação da comunicação com doadores e os dashboards interativos de prestação de contas são ferramentas que têm fortalecido a transparência e o engajamento.

RE-OCUPAR A ESFERA PÚBLICA DIGITAL

A democracia brasileira não pode se sustentar se a esfera pública digital continuar sendo controlada por um punhado de corporações estrangeiras que operam sem transparência ou responsabilidade social. O desafio das OSCs, portanto, é re-ocupar esse espaço com estratégias que combinem:

- **Educação midiática e digital crítica, sobretudo para juventudes, mulheres e populações negras e indígenas;**
- **Formação política e técnica em governança digital;**
- **Incidência jurídica e legislativa em defesa de uma internet aberta, acessível e plural;**
- **Parcerias com universidades e coletivos de tecnologia para o desenvolvimento de ferramentas livres e éticas;**
- **Adoção de soluções de IA e digitalização que fortaleçam a gestão, a transparência e a comunicação das organizações, como as já experimentadas com plataformas como o HYB, por exemplo.**

Não se trata apenas de “usar melhor” as redes, mas de disputar o próprio sentido da tecnologia na sociedade. Como afirmam os autores do estudo *Desafios à Sustentabilidade das OSCs e à Democracia no Brasil* (Armani, 2025), ***“a reconstrução democrática do país passa por recuperar os valores da solidariedade, da justiça e da pluralidade também no campo digital”***.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A CENTRALIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS REPRESENTAM, AO MESMO TEMPO, RISCOS E OPORTUNIDADES PARA A DEMOCRACIA E PARA A AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.

Em um cenário de exclusão digital estrutural, invisibilização de territórios e desigualdade no acesso à tecnologia, é urgente que a sociedade civil não apenas reaja, mas também se antecipe, disputando os sentidos, os usos e os rumos da IA.

Re-ocupar as redes, disputar narrativas, influenciar a regulação e produzir conhecimento são tarefas interligadas de uma estratégia mais ampla de transformação democrática. Isso passa pela democratização do acesso às ferramentas digitais, mas também pela exigência de que a IA seja diversa desde sua concepção, com participação ativa de mulheres, pessoas negras, indígenas, periféricas e comunidades LGBTQIA+ na produção, treinamento e fiscalização dessas tecnologias.

A diversidade não é apenas um valor ético, mas uma condição para a construção de sistemas de IA justos, representativos e não-discriminatórios. Como mostram estudos recentes, algoritmos treinados com dados enviesados tendem a reforçar exclusões históricas (Noble, 2018), afetando diretamente os grupos já vulnerabilizados.

Garantir os direitos humanos na era da inteligência artificial significa lutar por transparência algorítmica, regulação democrática, acesso universal à internet de qualidade, alfabetização digital crítica e infraestruturas tecnológicas que coloquem a vida no centro, e não o lucro.

Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um marco essencial. Parte de um movimento global, a LGPD avança na direção de assegurar a proteção dos dados pessoais diante da crescente coleta e uso de informações sensíveis em ambientes digitais — incluindo pelas próprias OSCs, que lidam diariamente com dados de participantes, prestadores de serviço, apoiadores e comunidades. Quando as organizações atuam em áreas como saúde, educação, regularização fundiária ou com populações vulnerabilizadas, os cuidados com o tratamento e a guarda dessas informações exigem ainda mais responsabilidade e segurança.

O ELO vem se dedicando à proteção de dados na internet, com uma atuação constante e comprometida com a centralidade das pessoas. Essa trajetória se renova diante dos desafios contemporâneos da transformação digital, reafirmando seu compromisso com a governança democrática dos dados e com a garantia da LGPD como parte fundamental da transparência institucional e do fortalecimento das OSCs.

Para as OSCs brasileiras, o caminho não está dado: ele será construído na ação coletiva, no enraizamento territorial, na formação política e técnica e na ousadia de imaginar outros futuros possíveis. A tecnologia não é neutra — e é por isso que ela precisa ser politizada, apropriada e transformada com base nos princípios da justiça social, da solidariedade e da pluralidade.

CONCLUSÃO:

O desafio da Sociedade Civil, hoje, no nosso ponto de vista, é garantir que nenhum direito fique para trás na revolução digital em curso. E que, mesmo em meio às incertezas, a democracia continue sendo um projeto coletivo e radicalmente inclusivo, também no campo da inteligência artificial.



Você sabia que o ELO tem um curso EaD sobre LGPD?
ACESSE O LINK AQUI

REFERÊNCIAS:

- Armani, D.; Hofstaetter, M.; Crespo, T. (2025). Desafios à Sustentabilidade das OSCs e à Democracia no Brasil. Plataforma MROSC.
- Coalizão Direitos na Rede. (2024). Relatório Anual: Direitos Digitais no Brasil. Disponível em: <https://direitosnarede.org.br>
- Floridi, L. (2020). Artificial Intelligence and Its Implications for Information Ethics. Oxford Internet Institute.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). Democracia e Redes Sociais: Dinâmicas de Desinformação nas Eleições Brasileiras.
- Mozilla Foundation. (2024). AI and the Global South: Unequal Access and Emerging Risks. Disponível em: <https://foundation.mozilla.org>
- Noble, S. U. (2018). Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism. NYU Press.
- Rede de Justiça Criminal. (2024). IA Cidadã: Tecnologia, Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <https://redejusticacriminal.org.br>
- IGF – Internet Governance Forum. (2023). Participation Report: Latin America and the Caribbean.
- CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2024). Cidadania Digital e Governança da Internet no Brasil. Disponível em: <https://cgi.br>

PUBLICAÇÕES DO ELO SOBRE O ASSUNTO:

- **Introdução ao Compliance em organizações da Sociedade Civil**

<https://elobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Cartilha-Compliance.pdf>

- **Eleições e Fake News: O desafio para as OSC**

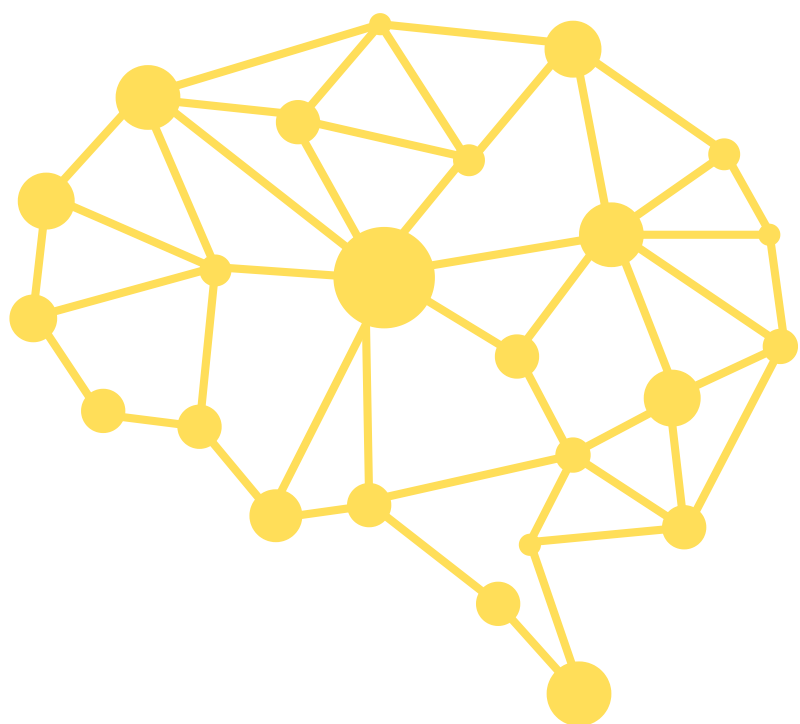
<https://elobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Sistematizacao-Eleicoes-e-Fake-News-o-desafio-para-as-OSC.pdf>

- **A internet e as infraestruturas digitais.**

FICHA TÉCNICA:

Elza Montal

Texto e Diagramação



Equipe ELO:

Camila Veiga

Coordenadora Executiva

Candice Araújo

Assessora

Cristina Costa

Assistente Adm-Financeiro

Elza Montal

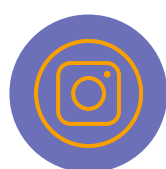
Assessora de Comunicação

Fátima Nascimento

Consultora Associada

Eliana Rolemberg

Consultora Associada



@elobrasil_osc